

6%  
TARDE

# Este deverá ser o crescimento da economia nos próximos quatro anos

A taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos quatro anos deverá situar-se em 6%, em média, declarou ontem o ministro João Sayad, do Planejamento, após se reunir com secretários-gerais dos 27 ministérios para traçar com eles um programa de trabalho a ser cumprido na montagem do Plano Nacional de Desenvolvimento válido para o período de 1986 a 1990.

Entretanto, explicou Francisco Vidal Luna, secretário do Iplan (Instituto de Planejamento da Seplan), o maior ou menor grau de crescimento da economia vai depender da redução das taxas de juros e do tipo de acordo a ser assinado pelo País com o FMI. A expansão da economia está condicionada ainda, conforme disse, ao volume de ingressos de divisas estrangeiras para financiar parte do crescimento.

Em parte devido às incertezas com relação ao desempenho do País na frente externa nos próximos anos e às dificuldades em reduzir o déficit público, o PND chegará ao Congresso Nacional a 15 de setembro acompanhado de uma inovação. Serão os mini-PND's, denominados de "Planos Anuais Operativos", nos quais serão fixadas as metas quantitativas, relacionadas basicamente a números de inflação, déficit público, importações, exportações e até o número de crianças alfabetizadas.

Os mini-PND's, explicou Luna, servirão para o governo fazer as "correções de rotas" exigidas em função de que muitos critérios de desempenho da economia não podem ser fixados rigidamente pelo PND quatrienal. Este se preocupará em apenas determinar metas qualitativas nos diversos setores econômicos e sociais, tais como política agrícola, industrial, comercial e de distribuição de renda. Disse também o secretário do Iplan que toda a necessidade de crescimento da economia, de forma a oferecer mais emprego e bem estar social, não pode ficar condicionada unicamente aos "constrangimentos externos", o que equivale a dizer aos programas de ajuste do FMI e dos bancos credores. Porém, assinalou que a expansão econômica está condicionada à inversão de divisas para financiar o desenvolvimento e à quantidade de moeda que o País pagará em juros e amortizações nos próximos anos.

A Seplan tem pronto um cronograma de trabalho de redação do PND, mas dependerá ainda da definição de alguns programas de governo, como a execução de uma política que leve à redução das taxas de juros; das negociações com o FMI e bancos credores; e da reforma tributária, atualmente em estudos. Quanto aos juros internos e ao FMI, Luna disse esperar que até setembro estas duas coisas estejam definidas.

O cronograma de trabalho para a redação do PND começou a ser cumprido ontem mesmo, em reunião de duas horas do ministro Sayad com os secretários-gerais dos ministérios, incluindo os militares. Estes altos funcionários foram incumbidos de redigir seus planos de desenvolvimento setoriais, para que até o dia 15 de julho a versão preliminar do PND esteja preparada.

**Trabalho** — A participação do Ministério do Trabalho na elaboração do PND será centrada da diretriz básica do governo: ênfase para o setor social. Formou ontem à noite o ministro-interino, Eros Antônio de Almeida, que até o próximo dia 23, quando o ministro do planejamento reunirá novamente as áreas do governo, o MTB terá estrutura de uma proposição inicial para agilizar as áreas de emprego, salário, treinamento de mão-de-obra e incentivo ao artesanato.

O ministério não aloca recursos na criação de empregos, mas a Secretaria de Emprego e Salário já está elaborando um plano básico de orientação para os investimentos do plano de emergência, para que os recursos alcancem o maior índice de criação de novas vagas no mercado de trabalho. A secretaria está esboçando, também, uma política nacional de empregos, que servirá de orientação para todas as áreas do governo na alocação dos seus investimentos.